



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IV - Nº 45 - 1ª Quinzena de março de 1993 - Cr\$ 5.000,00

Salário Mínimo a Cr\$ 1 milhão e 700 mil (80 dólares)

Custo de vida a mais de 32% ao mês

Salários a passo de tartaruga de 2 em 2 meses

Demissões deixam um terço dos trabalhadores desempregados

Os partidos aprovam aumento de impostos, entrega dos portos e mais privatizações

**A CUT deve organizar imediatamente uma
Campanha Nacional de Luta por salário,
emprego e contra a entrega nacional:**

Salário Mínimo de Cr\$ 7 milhões

Fim do desemprego - Estabilidade para todos

Escala Móvel de Salário e Emprego

Não pagamento da Dívida Externa e expulsão do imperialismo

Diante da profunda crise política e econômica, a burguesia pretende enganar as massas com o plebiscito sobre sistema de governo. Seja no presidencialismo ou no parlamentarismo de qualquer forma a burguesia continuará a exercer sua ditadura de classe para manter a exploração.

Vamos denunciar essa farsa dizendo:

Nem presidencialismo, nem parlamentarismo,

Voto Nulo no Plebiscito, Por um Governo Operário e Camponês

Por que realizar uma Escola de Quadros?

O POR iniciou no dia 20 de fevereiro a sua primeira escola de quadros, com o objetivo de ser um dos instrumentos na construção do partido revolucionário no Brasil. O que significa ajudar na formação político e teórica da militância, transformando-a em profissionais revolucionários. Isto é, militantes capazes de levar para o seio das massas a ideologia marxista, para que seja a força material da classe operária.

O partido revolucionário é formado por homens conscientes, que têm assimilação do marxismo, ou seja, a ciência do proletariado. O fundamento do marxismo é o materialismo dialético. Marx e Engels analisaram o modo de produção capitalista para revelar as leis de seu desenvolvimento e transformação, isto é o materialismo dialético. Portanto, através desse método é possível compreender as leis próprias do desenvolvimento capitalista, a transformação do mundo e da sociedade. A compreensão das leis e o funcionamento do modo de produção capitalista possibilitou a elaboração da teoria da revolução social.

Os militantes marxistas se munem do materialismo dialético para a compreensão da realidade em que irão atuar, com vistas a modificá-la radicalmente. Por isso, o partido revolucionário é uma verdadeira escola de aprendizado, porque é onde produzimos a teoria. Ao se basear na experiência acumulada do marxismo, o partido avança na

construção da própria teoria marxista. Um exemplo disso foi o desenvolvimento da teoria da Revolução Permanente por Trotsky e, também, a importante contribuição de Guillermo Lora na crítica à democracia burguesa (a inviabilidade da democracia burguesa). Por isso, dizemos que o marxismo é uma ciência viva, em desenvolvimento.

A escola de quadros tem como finalidade homogeneizar a compreensão político-programática. Trata-se, portanto, de ampliar a capacidade de elaboração coletiva do partido. O POR, nessa primeira experiência, organizou sua escola de quadros envolvendo militantes e simpatizantes. O esforço coletivo será imprescindível para o êxito dessa experiência.

Essa primeira escola de quadros se baseará nos documentos dos 4 Primeiros Congressos da Internacional Comunista. O roteiro base é o seguinte: Introdução sobre o internacionalismo proletário e as teses fundamentais das Internacionais; 2) Resoluções sobre a fundação da III Internacional; 3) A estratégia da Revolução e ditadura proletária e democracia burguesa; 4) Questão do Partido; 5) Métodos e táticas de intervenção; 6) Questão sindical; 7) Teses sobre a questão agrária; 8) Teses sobre a questão nacional e colonial; 9) Teses sobre movimentos (juventude, questão educacional, mulheres, questão negra); 10) Conclusões.

O Partido Marxista e o Parlamentarismo

"A atitude dos partidos socialistas em relação ao parlamentarismo consistia originariamente, à época da Primeira Internacional, em utilizar os Parlamentos burgueses para a agitação. Considerava-se a participação da ação parlamentar do ponto de vista do desenvolvimento da consciência de classe, isto é, de despertar a hostilidade das classes proletárias contra as classes dirigentes. Esta atitude se modificou não sob a influência de uma nova teoria, mas do progresso político. Seguindo do aumento incessante das forças produtivas e do alargamento do domínio da exploração capitalista, o capitalismo e, com ele, os Estados parlamentares adquiriram uma estabilidade durável.

[...] A atitude da III Internacional em relação ao parlamentarismo não está determinada por uma nova doutrina, mas pela modificação do papel do próprio parlamentarismo. À época precedente, o Parlamento, instrumento do capitalismo em vias de desenvolvimento, tem, num certo sentido, trabalhado pelo progresso histórico. Nas condições atuais, caracterizadas pelo arrebataimento do imperialismo, o Parlamento se transformou num instrumento de mentira, fraude, violências, destruição, de atos de ladroagem, obras do imperialismo; as reformas parlamentares, desprovidas de qualquer continuidade e estabilidade concebidas sem um plano de conjunto, perderam toda importância prática para as massas trabalhadoras.

[...] Quando os socialistas, aspirando ao comunismo, sublinham que a hora da revolução ainda não chegou em seu país, recusando-se a separar-se dos oportunistas parlamentares, eles procedem, no fundo, a uma representação, consciente ou inconsciente, do período que se abre considerado como um período de estabilidade relativa da sociedade imperialista e pensam por esta razão que uma colaboração com os Turati e os Longuet pode dar sobre esta base resultados práticos na luta pelas reformas.

[...] As formas das relações políticas e dos agrupamentos podem diferir nos diversos países, mas, no fundo das coisas ficam assim: trata-se para nós da preparação imediata, política e técnica, da sublevação proletária que deve destruir o poder burguês e estabelecer o novo poder proletário.

Para os comunistas, o Parlamento não pode ser, em nenhum caso, no momento atual, o teatro de uma luta por reformas e melhorias da situação da classe operária, como aconteceu em certos momentos, na época anterior."

Extraído das Resoluções do II Congresso da III Internacional Comunista, quando Lenin ainda vivia)

A crise da Frente Parlamentarista

A vitória de Inocêncio de Oliveira para a presidência da Câmara dos Deputados, um político eleito através da aberta troca de favores no nordeste, o fracasso do ato no dia 12/02, a ausência de unidade sobre como funcionará o sistema de governo, e o crescente número de governadores que apóiam o presidencialismo (15 a 9 contra os parlamentaristas) aprofundaram a crise da frente parlamentarista.

Com a vitória de um político dos mais fisiológicos, como não associar a imagem da corrupção ao parlamento, que governaria com o parlamentarismo? Cai por terra o principal argumento dos parlamentaristas, que têm usado a queda de Collor para atacar o presidencialismo.

E que sistema parlamentarista será esse a ser votado? Com voto distrital? Com reformulação da representação das bancadas no Congresso, eliminando as distorções que levam as oligarquias nordestinas a controlarem o mesmo? Quem escolheria o 1º Ministro? Ele seria um parlamentar? Qual o papel do presidente? Como não se tem uma resposta unitária a essas questões, Fleury não conseguiu reunir muita gente no seu ato pelo parlamentarismo. A campanha atrasou.

Os governadores, em sua maioria, preferem o presidencialismo,

que também não mexeria com suas atribuições de poder, como poderia fazê-lo o parlamentarismo. Colocarão as máquinas dos estados para apoiar a campanha presidencialista.

A crise do regime político reflete-se também na campanha do plebiscito. O Estado burguês está em crise porque a economia está em crise e a burguesia não consegue utilizar-se do Estado para superá-la. Por isso, seja com Sarney, Collor ou Itamar, a crise de governo se instala, refletindo a crise do regime. As manobras da burguesia de tentar implantar um parlamentarismo para superar as constantes crises de governo esbarram na própria crise de regime, na ausência de uma burocracia estatal estável (a brasileira é totalmente fisiológica, variável de acordo com as eleições do executivo), na profunda crise dos partidos burgueses em desagregação,

nas relações entre as oligarquias no interior do estado, que estão em contradição com o papel de cada uma na produção.

A divisão burguesa favorece o avanço da luta das massas. Mas as direções estão buscando canalizar os movimentos a apoiarem essa ou aquela variante burguesa. Estão querendo colocar o proletariado e as massas a ajudarem seus inimigos a resolver seus problemas para aumentar a capacidade da burguesia em utilizar o estado para garantir e aumentar a exploração da força de trabalho e a entrega nacional.

Tanto o presidencialismo quanto o parlamentarismo são formas de ditadura de classe da burguesia sobre as massas. Não há que apoiar nenhuma das variantes burguesas. Por isso o POR defende o VOTO NULO e a ABSTENÇÃO no plebiscito, e a necessidade histórica da construção do governo operário e camponês, que só pode acontecer pela via da revolução violenta. A campanha pelo voto nulo aponta para uma perspectiva independente da burguesia para as massas, e o caminho correto para resolver os problemas: a ação direta as greves, as ocupações, etc. Denuncia a farsa que a burguesia pretende colocar, no que os reformistas do PT, PC do B etc são seus mais fiéis colaboradores. E aponta para a tarefa de construir o POR e fazer a revolução.

Fracassa o ato público de Fleury pelo Parlamentarismo

O ato público da Frente Parlamentarista Ulysses Guimarães realizado em frente à Câmara Municipal reuniu pouco mais de mil pessoas. A manifestação contou com toda a estrutura do aparelho governamental, com o apoio de lideranças sindicais e entidades empresariais. Mesmo assim não foi capaz de atrair a população.

No palanque estavam presentes os velhos políticos como Roberto Freire, Mário Covas, Pedro Simon, Tasso Jereissati, Maluf e o anfitrião Fleury. Da direita aos social-democratas o discurso era o mesmo: as benesses do parlamentarismo.

Preocupados com o tamanho do

ato e o descaso da população com o plebiscito que se avizinha, os parlamentaristas irão jogar todo o peso na campanha publicitária, com o objetivo de ganhar o apoio dos eleitores.

O fracasso do ato é um primeiro sintoma da grande abstenção e votos nulos que poderão ocorrer nesse plebiscito. Chamamos os trabalhadores a não confiarem nos velhos demagogos travestidos de parlamentaristas e presidencialistas. O voto nulo, a defesa das reivindicações elementares como o salário mínimo real, emprego a todos e o governo operário camponês deve ser nossa bandeira de luta.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221

FORTALEZA - CE - CEP 60001 970

O Trabalho defende o presidencialismo

Veja a que ponto chegam os pseudo-trotsquistas!

A corrente política O Trabalho, integrante do PT, saiu em defesa de um dos sistemas burgueses de governo, o presidencialismo. Com o slogan "Não à revisão constitucional! Não ao Parlamentarismo!" os revisionistas do marxismo optam por um sistema de governo de exploração do trabalho. Para isso, polemica com setores do PT favoráveis ao parlamentarismo. Diz: "O grupo dirigente do partido (PT) assume a posição pelo parlamentarismo, apresentando-o como um a-vanço na luta dos trabalhadores. Será?" Questiona o parlamentarismo se apoiando na outra face de um sistema burguês, o presidencialismo. Critica o texto de Augusto Franco (Vertente Socialista - também petista) que diz: "Para fazer política temos que costurar uma aliança que garanta na revisão constitucional a força suficiente para democratizar o regime (...). Ocorre que boa parte de nossos potenciais aliados já fizeram sua opção pelo parlamentarismo (...) a opção pelo presidencialismo seria perda tempo na construção de um sistema de alianças capaz de funcionar na revisão constitucional e no período pré-eleitoral de 94", colocando-se na defesa da democracia burguesa, ou seja, do povo escolher o Congresso com poderes de modificar uma Constituição. Como esse Congresso não foi eleito para esse fim, diz O Trabalho, é antidemocrático se realizar uma mudança constitucional. Chega ao absurdo de falar de que a solução para a crise e o respeito à democracia é devolver a palavra e a decisão ao povo.

O Trabalho há muito tempo negou a estratégia da Revolução e ditadura proletárias, por isso, está no PT e defende a política de reformas no Estado capitalista. Ao se colocar pelo presidencialismo vislumbra a possibilidade de Lula ser eleito em 1994 e de fato implantar o governo democrático e popular. Contribui com a farsa do plebiscito ao julgar o presidencialismo o sistema ideal, dado que o povo elege o governante. Nada mais falso! Quem escolhe o governo é o poder econômico. Ganha quem tem mais dinheiro. Por isso, não há igualdade no voto. Tanto o parlamentarismo, quanto o presidencialismo são sistemas de opressão de classe. Em ambos os trabalhadores serão explorados e suas conquistas atacadas.

O Trabalho é uma corrente política eleitoralista. Nada tem a ver com o trotsquismo e, por isso, se arvoram das consígnas de eleições diretas, assembléia constituinte, presidencialismo, etc. Colocam-se na contramão da necessidade de se destruir o regime capitalista através da ação direta das massas. Embora divirja com algumas posições internas ao PT (como os da ala parlamentarista) todos estão juntos na defesa da governabilidade de Itamar e da manutenção do regime de exploração. O Trabalho e os petistas em geral, circunstancialmente, estão divididos em torno de qual dos sistemas burgueses deverá se implantar no Brasil.

Desemprego e inflação voltam a crescer: Por uma campanha nacional de luta

Os dados do desemprego e da alta no custo de vida mostram o agravamento da crise econômica:

Nos últimos 15 meses, só a indústria paulista demitiu 222 mil trabalhadores. O nível de emprego é o mais baixo dos últimos 17 anos. Hoje existem 29,8% menos empregos na indústria que em 1980! Quer dizer que a cada três empregados da época, um hoje está desempregado. Só nos últimos 12 meses o nível de emprego caiu 7,3% no país, mas em São Paulo a coisa foi ainda pior 9,2%. Existem na Grande São Paulo 1 milhão e 140 mil desempregados, 141% a mais que antes da posse de Collor. A taxa de desemprego está em torno de 14%. Janeiro registrou 28.477 pedidos de seguro-desemprego em São Paulo, 7 mil a mais que em dezembro.

O custo de vida subiu 32,9% em janeiro, 10,32 pontos a mais que em dezembro. Dos itens que compõem a inflação, foram os alimentos e os combustíveis que subiram mais, cerca de 38 a 40%. Os monopólios con-

tinuam fixando seus preços ao bel prazer: só os remédios subiram 33,79% em janeiro. Tudo isso quer dizer que a vida ficou mais cara para quem ganha menos.

Enquanto isso, o salário mínimo continua em míseros 60 dólares e os reajustes mantêm-se quadrimestrais com antecipações de 60% da inflação a cada 2 meses. E as demissões continuam.

Os sindicatos e a CUT preferem fazer coro com o patronato na disputa entre presidencialismo e parlamentarismo, fazer os conchavos com as empresas e o governo nas câmaras setoriais, etc. Os trabalhadores devem exigir a convocação de assembleias para que as bases possam mostrar suas reais necessidades e impor sua vontade. Nada de campanhas distracionistas e seguidistas da burguesia. Nada de conchavos. Por uma campanha nacional de luta, que defenda o salário mínimo de 7 milhões de cruzeiros e o fim do desemprego e da entrega nacional.

O FMI aperta o Brasil e exige mais recessão

O Brasil continua com o acordo do ano passado suspenso pelo FMI. Já são seis meses de suspensão. O Fundo afirma que não quer nova negociação: pretende manter o acordo firmado com Marcílio Marques Moreira. Mas não vai liberar nenhum empréstimo, nem prorrogar prazos de pagamento, enquanto o governo não apresentar um plano econômico que seja capaz de arrecadar mais 24 bilhões de dólares dos brasileiros ainda este ano (6 vezes mais que o IPMF, cerca de 8% do PIB). Um plano assim traria ainda mais recessão à economia, elevaria o desemprego, rebaixaria ainda mais os salários. O governo teme não ser capaz de conter a explosão social que se seguiria. Por enquanto, vai fazendo ajuste aos poucos. O primeiro passo foi o IPMF. Mas virão mais ataques às nossas condições de vida, tudo para satisfazer os lucros dos credores externos.

O ministro Paulo Haddad prevê para maio um novo programa de estabilização com o FMI. Pode-se esperar mais arrocho e desemprego. As massas precisam preparar-se para enfrentar a opressão: organizar uma campanha nacional de lutas é o caminho para impedir mais sangria nacional.

Corrupção do Quercismo expõe podridão da democracia burguesa

O chamado escândalo da Rua Ásia tem mobilizado o PMDB paulista para impedir a abertura de uma CPI contra o ex-governador Orestes Quécia. O esquema, que funcionou a todo vapor durante seu governo, era liderado pelo empresário Antônio Marangão, dono da empreiteira Transmarangão. Recolhia propinas de construtoras beneficiadas pela Fepasa e pelo DER. Aprovava realização de obras sem concorrência, e as empreiteiras beneficiadas pagavam comissões de 5% a 10%, em dólares ou cruzeiros. Os dólares eram recebidos diretamente num escritório na Rua Ásia, e os cruzeiros eram depositados em contas bancárias, uma delas em nome do motorista de Marangão, que chegou a movimentar em seis meses mais de 60 mil dólares. Um esquema muito parecido com o que utilizava PC Farias e que levou Collor ao Impeachment.

O PT e alguns parlamentares opositoristas têm buscado instalar uma CPI na Assembléia Legislativa para apurar as denúncias. Para isso seriam necessárias 28 assinaturas de deputados para levar a votação a plenário, e 43 para formar a CPI. Chegaram a obter 29 assinaturas, mas alguns deputados desistiram de levar o processo adiante, em troca de favores com o quercismo. O esquema de compra de votos na Assembléia está tão declarado que o deputado petista Rui Falcão diz que manterá em segredo um provável assinante do pedido de CPI para que não seja comprado pelo quercismo, como outros tanto já foram.

A verdade é que a maioria das CPIs não consegue nem mesmo se instalar, e quando se instala, nem mesmo consegue concluir seus trabalhos. Entre 1975 e 1991 foram instaladas 37 CPIs na Assembléia Legislativa, das quais apenas 6 chegaram até o final. Uma delas é a do massacre do Carandiru, que não apontou nenhum responsável pela chacina. Onze delas foram ex-

tintas com o fim do prazo ou sem relatório final, quatro foram arquivadas e sete chegaram a ter relatório, mas nunca foram levadas a plenário.

As CPIs são instrumentos de engano das massas e de pressão das lutas intestinas da burguesia. Enganam as massas porque iludem com a farsa de apurar corrupção e crimes de responsabilidade quando na verdade só ficam na demagogia eleitoral. E as frações burguesas em choque as utilizam para barganhar umas com as outras, como fizeram os deputados que viraram a casaca e passaram a não ver nada de errado com a corrupção quercista.

A corrupção que vaza por todos os lados do aparelho estatal expõe a sujeira que faz parte do Estado Burguês. Em momentos de normalidade, uma fração encobre a corrupção da outra, mas agora, devido à crise de regime, acusam-se abertamente nos jornais.

O caminho apontado pelo PT, de criar CPIs para apurar toda essa lama, não oferece nenhuma perspectiva para as massas; na verdade cai no mesmo jogo de interesses da politicalha burguesa. Os petistas querem desgastar Quécia, candidato rival de Lula à presidência em 94. Quando Gilson Menezes (que sem a menor vergonha também retirou sua assinatura do pedido de CPI) fala em averiguar a fraude eleitoral ocorrida em Diadema ano passado, os petistas mudam de assunto.

Os oprimidos pela exploração capitalista não devem se deixar enganar: os bandidos não vão condenar a si mesmos! Nenhuma CPI vai apurar a fundo a corrupção no estado, porque todos os políticos burgueses estão envolvidos. Quem pode julgar de fato a corrupção do estado burguês apodrecido e do parlamento corrompido são as massas em luta contra a burguesia. Só Tribunais Populares podem por abaixo a corrupção burguesa.

Burguesia solta os assassinos de Chico Mendes

Em 15/2, dois anos e dois meses depois de terem sido condenados a 19 anos de prisão, os assassinos de Chico Mendes fugiram a penitenciária estadual do Acre.

A fuga já era esperada, uma vez que, até o Secretário interino da Segurança afirmou que "só não foge quem não quer", tendo em vista que o presídio não conta com segurança e é cercado de arame. Além disso, os assassinos faziam o que queriam, saíam para restaurantes, clínicas, transações comerciais e até continuavam mandantes de outros crimes. Cogita-se até que estavam envolvidos num lobby com o governo estadual e empreiteiras interessadas na construção de um novo presídio que custará 70 bilhões de cruzeiros.

Mesmo com toda essa mordomia a UDR foi obrigada a financiar a fuga, assim como os políticos locais, como forma de abafar a responsabilidade de outras crises, uma vez que seriam transferidos no mês que vem para o presídio do PR. E seriam julgados por outro crime cometido naquele estado.

Esse episódio mostra que não se trata apenas de um problema local e de corrupção apenas do governo do Acre, como julgam o comitê Chico Mendes e até a própria viúva, ao pedirem a intervenção de Itamar, para ajudar a localizar os assassinos.

Ao contrário, trata-se de mais um caso onde envolve as oligarquias assassinas dos sem-terra, e que não será punido por sua classe burguesa.

É preciso que se formem os comitês de auto-defesa e que levantem a bandeira dos tribunais populares, para que os próprios oprimidos julguem e punam os assassinos.

Reforma agrária do PT

Lula tranquiliza a região da UDR

Em recente visita ao Chapadão do Sul (região centro-oeste) Lula encontrou-se com os grandes latifundiários, com o objetivo de explicar a proposta de reforma agrária do PT. O dirigente petista foi enfático em afirmar aos produtores que seus temores sobre a reforma agrária eram infundados, pois se baseavam na contra-informação dada pela UDR. Declara: "O próprio nome já diz, estamos buscando uma reforma, uma solução capitalista, e não uma revolução, como fizeram os países de economia socialista". O "que não tem nada de estranho, pois o PT é contra mexer no latifúndio. Utiliza a denominação terras produtivas e improdutivas para não tocar na grande propriedade agrária. Da mesma forma, já negou no seu I Congresso a estratégia da revolução e ditadura proletárias, por isso, só lhe resta reformar o capitalismo putrefato.

Os produtores da região possuem propriedades de mais de 600 hectares e, por isso, temem a desapropriação. Lula os

confortou dizendo "É um engano pensar que a população que está hoje nas favelas das grandes cidades queira vir para o campo". Reconheceu que estavam equivocados, no passado, sobre o problema agrário. Colocou que o tamanho da propriedade deve variar de acordo com a cultura e as características da região. Deixou claro aos grandes latifundiários que não tocará em suas terras.

Lula ficou impressionado com o medo dos latifundiários e não hesitou em dizer "Você imagina o que pode passar na cabeça de um produtor destes, que trabalhou tanto, ao imaginar que alguém vai chegar e tirar suas terras?" Veja a que ponto chega o dirigente petista que necessita dos votos de representantes da UDR para ser eleito em 1994. Como as velhas raposas políticas em busca de votos se agacha diante dos sugadores dos camponeses e ludibria as massas com os discursos radicalóides.

A correção do FGTS

Em junho de 1992 a CUT entrou com uma ação civil pública exigindo que o FGTS fosse corrigido corretamente desde 1967. O próprio advogado do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo explicou que esse tipo de ação é semelhante àquela movida pelas federações dos aposentados reivindicando o pagamento dos 147% de correção das aposentadorias e pensões.

Os cálculos do Dieese indicam a necessidade de correção de 431% no saldo das contas do FGTS. Segundo a CUT esse caminho judicial é mais longo, porém mais correto para recuperar as perdas que os trabalhadores vêm tendo.

A via judicial para recuperação de perdas tem sido muito utilizada pelos dirigentes sindicais. Uma boa parte dos sindicatos tem substituído a mobilização direta dos trabalhadores pelos papéis na justiça. Sabemos que sem a pressão da classe organizada quase nada se obtém nos marcos da justiça burguesa. Basta ver a novela que foi os 147% dos aposentados.

As contas inativas

O governo enfrenta um grave problema: como pagar 87,4 milhões de contas inativas paradas há mais de 3 anos? Como pagar 57,7 trilhões de cruzeiros se nada tem em caixa?

A nova lei do FGTS permite os saques das contas sem movimento três anos após aprovação das novas regras para o Fundo, o que ocorreu em maio de 1990. Assim, os trabalhadores que tiverem contas inativas poderão sacar.

O governo não tem o dinheiro porque o utilizou nas falcaturas, nos empréstimos aos Estados e Municípios sem retorno, quase sempre nas trocas de favores. Um exemplo disso ocorreu com a ex-ministra

Margarida Procópio que somente na semana do natal e ano novo de 1991 liberou 1 bilhão de recursos do FGTS para obras duvidosas.

Como não tem o dinheiro, o governo apresenta as mais absurdas propostas para não pagar os trabalhadores. Uma delas é pagar as contas inativas com Certificados de Privatização, que poderiam ser utilizados para participar dos leilões de vendas de estatais. Barelli acha possível incluir esses Certificados de Privatização para os metalúrgicos da CSN em Volta Redonda. Os certificados não valem nada. Outra proposta é transformar num tipo de caderneta de poupança, recompensando aqueles que não retirarem o dinheiro. E por fim, aventou a hipótese de prorrogar o prazo de pagamento, o que poderia ser um ônus muito caro para o governo Itamar, porque aumentaria o desgaste político. Caso não haja acordo, diz Barelli, "o governo terá que emitir recursos" para cobrir o rombo e, mais uma vez, os trabalhadores terão que pagar as contas.

Concretamente, existe um rombo no FGTS. O dinheiro dos trabalhadores foi utilizado em saques fraudulentos. A corrupção tem sido a marca registrada dos governos burgueses.

Quais são as propostas da CUT?

A CUT apresentou ao governo Itamar algumas sugestões para reduzir o impacto do saque de 57,7 trilhões de cruzeiros. A primeira proposta é o pagamento de juros de caderneta de poupança enquanto as contas permanecerem intocadas. A segunda é a remuneração superior para aquelas que não forem mexidas durante

dois anos.

Mais uma vez a CUT procura arrumar uma forma do governo não pagar imediatamente os trabalhadores. Não cabe aos sindicatos e as Centrais sindicais encontrarem saídas para resolver um problema que o próprio governo criou. Além do governo não recolher o Fundo de Garantia dos seus empregados, utilizou o que havia em caixa nas corruptelas.

Os trabalhadores tem todo o direito de sacar no dia 11 de maio o seu dinheiro corrigido. O que fazer com esse dinheiro sacado é problema que não cabe ao governo.

O que cabe à CUT e aos sindicatos é organizarem a luta para que o recebimento seja imediato. A convocação de assembleias e a organização de um movimento massivo é a forma de combater as propostas governamentais que inviabilizam o recebimento imediato do FGTS.

O que devemos exigir?

Para impedir que o governo continue utilizando fraudulentamente o dinheiro dos trabalhadores, chamamos a CUT e os Sindicatos a organizarem os órgãos próprios da classe operária, Tribunais Populares. O que significa colocar nas mãos da classe operária organizada o poder de julgar e punir os responsáveis pelo rombo do FGTS. Enquanto permanecer nas mãos do governo e da burguesia os trabalhadores estarão sendo sempre ludibriados.

O controle do FGTS por parte da classe operária organizada deve ser nossa bandeira de luta. Não permitamos que o governo burguês manipule nosso dinheiro! Construamos nossos organismos, os Tribunais Populares!!

Greve de policiais em Rondônia leva à intervenção federal

A greve de 20 dias de policiais militares de Rondônia terminou com a intervenção repressiva do Exército. A greve, muito combativa, reivindicava 40% de aumento não recebidos só pela polícia em 1990, quando todos os outros servidores receberam, mais 100% de reajuste agora. O salário médio dos PMs estava em torno de 1 milhão e 800 mil cruzeiros, pouco mais de um salário mínimo. A greve teve a participação ativa das mulheres dos soldados, que a partir do segundo dia de greve acamparam junto à sede do governo estadual e aos quartéis.

O governador de Rondônia, um dos poucos que foi contra o Impeachment de Collor, pediu a intervenção federal ao Ministro da Justiça, confessando estar sem o controle da situação. No último dia 17 tropas do Exército ocuparam a cidade de Porto Velho, desocuparam o acampamento de cerca de 200 mulheres e crianças, esposas e filhos dos soldados da PM, ocuparam os 3 quartéis da PM, inclusive o destacamento feminino. Os policiais tentaram resistir e realizar uma manifestação em frente ao quartel do 1º Batalhão da PM, mas foram reprimidos.

No episódio, o governador do Estado e o governo federal, que mandou as tropas do exército, deram um pontapé na própria legislação burguesa, que prevê que somente a Assembléia Legislativa poderia pedir uma intervenção federal. Assumiram ditatorialmente o controle da situação e mostraram que o parlamento não decide nada, é uma farsa. Em questões de real importância o que prevalece é a centralização ditatorial do executivo. Vê-se o Estado burguês cumprindo abertamente seu papel de ditadura de classe, instrumento de repressão para manter os sanguessugas da sociedade no poder.

A isso a burguesia chama democracia. É essa opressão miserável que a revolução proletária irá derrubar.

O IPMF vai arrochar ainda mais os salários, em benefício dos capitalistas e dos credores estrangeiros

A aprovação do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF) vai aumentar os preços finais das mercadorias em de 3% a 5%, segundo lideranças empresariais. Quem vai pagar a conta são os assalariados, e duplamente: haverá desconto já na folha de pagamento, de 0,25%, mais 0,25% para cada saque ou cheque dado. E mais os aumentos dos preços que as empresas já anunciaram que farão. O governo pretende arrecadar entre 3,5 e 4 bilhões de dólares ainda este ano só com o IPMF. O objetivo é pagar cerca de metade dos 8 bilhões de dólares de dívidas internas do governo, resultado de títulos públicos, que servem à especulação financeira. Ou seja, saquear as massas para dar dinheiro aos investidores do mercado financeiro. O argumento de que o pagamento desses títulos permitiria ao governo baixar taxas de juros e reduzir a inflação é totalmente falso: por mais que o governo faça, não consegue se impor frente aos monopólios que ditam os preços e a inflação, como no caso dos remédios.

O aumento de impostos é uma imposição do FMI. O acordo do ano passado, elaborado pelo próprio diretor do FMI Michael Camdessus e aprovado pelo governo com o aval do então ministro Márcilio Moreira, dita o ajuste fiscal para reduzir o déficit do governo e permitir a este continuar pagando os juros da Dívida Externa. Todas as argumentações de membros do governo ou de parlamentares encobrem esse fato essencial. A burguesia nacional mostra-se totalmente submissa ao imperialismo.

A argumentação mais vergonhosa é a do PT: diz que votou no IPMF para garantir a governabilidade de Itamar. Cínicos! A maior garantia de governabilidade de Itamar é a ter a CUT e os sindicatos amarrados e paralisados pelo reformismo petista. Os trabalhadores devem exigir imediatamente que os sindicatos se posicionem contra o ataque aos salários e chamem a luta de massa para por abaixo o governo entreguista.

Manifestações contra, votações a favor; e a volta da Medida Provisória

Políticos como o governador de São Paulo Fleury Filho têm-se declarado contra o IPMF. Mas trabalharam por sua aprovação no Congresso, inclusive barganhando com a isenção de estados e municípios. Suas intenções são de manter uma aparência "popular" diante do eleitorado, sem ter que se chocar com as imposições do FMI, e participando da sustentação do governo Itamar. Para esses canalhas, as massas que paguem ainda mais pela crise.

Itamar assumiu dizendo que não mais utilizaria das medidas provisórias e que o Congresso é que aprovaria ou não as mudanças na área econômica. Mas já tratou de se esquecer da promessa e revogou a lei 8.200 que permitia a compensação em quatro anos do imposto de renda pago a mais pelas empresas em 1990 (um desconto no imposto). O governo utilizou-se da forma ditatorial para trabalhar no sentido determinado pelo FMI: diminuir o déficit público. Mais uma vez a burguesia se mostrou incapaz e o parlamento, um fantoche.

Comitê contra a opressão social e política

O comitê contra a repressão social e política foi criado há dois anos em Diadema. Suas reuniões são as quarta-feiras, às 19 horas no plenário da Câmara Municipal de Diadema. O comitê nasceu com a resistência dos ocupantes da Vila Socialista contra a brutal repressão militar, onde ocorreram duas mortes e dezenas de feridos.

O comitê já realizou inúmeras campanhas como: a acirrada luta pela liberdade dos presos políticos da ocupação de Vila Socialista; denúncias contra as prisões e mortes dos sem-terra no campo; manifestações de protesto contra a fome e a miséria e debates com o objetivo de incorporar todas as lutas pelas liberdades políticas e contra a repressão militar aos movimentos.

No final de 1992, o Comitê realizou uma semana de debates com a participação de vários movimentos dos sem-teto em comemoração a heróica resistência dos ocupantes de Vila Socialista. Nesse debate houve a presença de um representante do Centro de Documentação de Berlim, que falou da grave situação da Alemanha pós unificação.

Agora o comitê tem travado uma campanha contra o despejo do Morro do Samba.

Por que o governo quer despejar os ocupantes do Morro do Samba?

A ocupação do Morro do Samba em Diadema ocorreu em fevereiro de 1990. São 350 famílias que já edificaram suas casas e tiveram do

governo do estado a promessa de desapropriar a terra e repassá-la aos ocupantes. Em abril de 1991 o governo decretou a área de interesse social para fins de residência. Ocorre que esse decreto não teve prosseguimento e, no próximo dia 30 de abril, terá sua caducidade automática. Isto traz à tona novamente o problema do despejo.

A comissão dos moradores do Morro do Samba e os integrantes do Comitê estão preparando uma caravana até o governo. Para isso, aprovou-se uma campanha financeira e de mobilização.

Chamamos o movimento operário e popular a se incorporar nessa árdua luta, pois se trata da sobrevivência de centenas de operários e familiares. A condição da família operária, com os baixos salários, os altos custos de aluguel, alimentação, transportes e o desemprego tem obrigado a ocupar terras para morar.

Para os ocupantes do Morro do Samba não há outra alternativa senão resistir ao despejo. O exemplo da Vila Socialista serve de alerta para todos.

Companheiros, participem da reunião do comitê. Reforcemos a nossa luta contra a opressão social e política.

Terra aos camponeses pobres! Moradia aos sem-teto!

Desapropriação imediata do Morro do Samba! Repasse da terra aos ocupantes!

ORGANIZAR A LUTA CONTRA O SUCATEAMENTO DA SAÚDE

Os funcionários da saúde, demonstrando desespero, denunciaram na polícia o estado de calamidade que a saúde pública tem vivido. No hospital municipal de Campo Limpo, nos últimos 40 dias, os médicos responsáveis registraram cinco boletins de ocorrência denunciando falta de condições de trabalho, no atendimento do pronto socorro. Já na rede estadual a situação é a mesma. No pronto socorro do hospital Regional de Ferraz Vasconcelos os funcionários resolveram fechar as portas do setor de atendimento de emergência por falta de pessoal.

Dessa forma, os trabalhadores que tem seus salários arrojados e os desempregados que são obrigados a recorrer aos hospitais públicos estão condenados a morrer mais depressa devido ao péssimo atendimento dos hospitais.

O sucateamento da saúde é uma medida proposital do governo, pois objetiva com isso acelerar a privatização dos serviços públicos, a mando dos países imperialistas.

A ação dos médicos descontentes de recorrer à polícia não impedirá o sucateamento da saúde, pois é um organismo que também está a serviço dos capitalistas.

A luta contra a destruição da saúde pública passa pela unidade de todo o funcionalismo numa campanha nacional de luta em defesa do salário mínimo real com escala móvel e demais reivindicações dos trabalhadores, bem como, na defesa de um único sistema estatal de saúde sob o controle dos trabalhadores, como forma de combater os grandes empresários que lucram com as doenças.

EDUCAÇÃO : QUAL O DESTINO DO MOVA ?

A direção do MOVA reuniu-se com os monitores e informou sobre a disposição de Maluf em acabar com o "movimento", isto é, com o projeto MOVA e que diante disso era preciso procurar várias entidades para conseguir o apoio financeiro para continuar bancando o projeto.

Essa proposta feita pela direção do MOVA é uma proposta aparelhista, pois ela vê esse projeto apenas como uma instituição reprodutora das idéias eleitoreiras petistas, que certamente se chocam em muitos pontos com as idéias malufistas. Não é à toa que as discussões sobre o MOVA sempre se pautaram no campo do aparelho e do dinheiro, que durante quatro anos sustentou vários intelectuais petistas dentro da

Secretaria da Educação. E é por isso que diante da proposta malufista de fechar o MOVA a direção é incapaz de se contrapor e tenta resolver o problema procurando outra instituição.

É óbvio que se prevalecer essa idéia de acatar o malufismo o MOVA será fechado, não só pela vontade dos malufistas, mas também em função da covardia da direção petista que se nega a organizar a luta de resistência contra o fechamento.

É preciso organizar a luta contra o fechamento do MOVA, que parta das discussões com os monitores e alfabetizando e rechaçar a política entreguista dos petistas.

As propostas dos sindicalistas frente à terceirização

O Sindicato Metalúrgico de São Bernardo realizou um seminário para discutir o problema de terceirização. A terceirização significa a contratação de serviços de empresas externas para a realização de tarefas que eram feitas pelos próprios operários da fábrica. Esse é um problema grave que vem atingindo as grandes empresas, pois o patrão demite seus trabalhadores e contrata uma firma para executar tarefas específicas. Como o desemprego é violento no país, essas firmas exploram em dobro a mão de obra, ampliando as jornadas de trabalho e pagando baixos salários.

Desse seminário, controlado pela burocracia sindical, saíram propostas imobilistas e reacionárias. Como por exemplo: "Lutar contra a transferência de atividades da empresa para terceiros, sempre que não houver comprovação de possibilidades efetivas de melhoria de custos, produtividade e qualidade e quando não houver distribuição dos resultados entre empresas, trabalhadores e sociedade". O que significa a possibilidade de permanência da terceirização, pois para os patrões sempre os resultados serão positivos. Implantaram essa via para a melhoria dos custos, porque demitem os operários que realizavam tais tarefas e ajustarão empresas que exploram violentamente a mão de obra. Como comprovar o contrário se as planilhas

são feitas pelos próprios empresários. Trata-se de uma grande demagogia para ludibriar os metalúrgicos que vem sendo substituídos por terceiros.

No plano prático, aprovou-se uma campanha intensiva através da CUT pela redução da jornada como forma de manter e ampliar o número de postos de trabalho. Portanto, uma campanha não de mobilização contra a terceirização, que pudesse paralisar as fábricas pela redução da jornada sem redução do salário, mas de esclarecimentos, de divulgação de experiências que deram certo e os "cambalachos" em processos de terceirização.

Diante dessa ofensiva do patronato, que tem levado milhões de operários ao desemprego, a CUT e os sindicatos não preparam a luta. Acabam permitindo que a terceirização avance por todos os setores produtivos. Somente a ação direta da classe será capaz de impedir que o operariado seja ainda mais mutilado pela fome, desemprego e miséria. Nesse sentido, as propostas desse seminário não serviram para armar o movimento operário para a luta contra as medidas patronais. Por isso, exigimos que a CUT e os sindicatos convoquem assembleias e plenárias intersindicais para organizar um movimento geral contra as demissões, as longas jornadas de trabalho, desemprego e os baixos salários.

Vicentinho é contra a radicalização dos operários e defende conchavo com os empresários

Não é de hoje que o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo vem implementando os pactos com o patronato e o governo. Haja vista os acordos assinados nas Câmaras Setoriais no ano de 1992. Em recente entrevista à revista Exame disse ser o adepto do caminho da negociação para angariar conquistas. Mostrou que o patrão evoluiu e os trabalhadores estão mais maduros e compreendem que a greve por si só não de ser adotada como uma tática. Como se vê, Vicentinho se corrompeu.

Frente à brutal crise de desemprego, fome e baixos salários, o dirigente sindical dos metalúrgicos se nega a organizar o movimento operário contra os patrões e seu governo. Prefere ceder nas mesas de negociações do que preparar a classe para enfrentar os duros efeitos da crise. Não é por acaso que o poder aquisitivo dos salários está em torno de 40% do que valiam em 1985 (quando já eram baixos).

Será que Vicentinho acredita que das Câmaras Setoriais sairão empregos para milhões de desempregados e salários reais? Ao combater a radicalização e defender a negociação, o dirigente sindical se coloca ao lado dos patrões contra a classe. A greve é o único instrumento efetivo dos trabalhadores contra os patrões, porque paralisa a produção e impõe o controle da fábrica pelos operários. Numa política operária, a negociação só pode ser utilizada como instrumento secundário para conduzir a classe à luta direta. As negociações intermináveis e de cúpula são um instrumento utilizado pela burguesia e pela burocracia sindical para conter o movimento de massa, portanto, não fazem parte da tática genuína da classe operária. Vicentinho defende no interior do operariado o método próprio da burguesia.

Esses líderes sindicais passaram a ser cobiçados pelos patrões, porque já falam a mesma língua. Por isso, os operários mais conscientes deverão travar uma dura luta contra esse sindicalismo de negociação e de compromissos. Caso contrário, mais derrotas se imporão à classe operária e as massas oprimidas.

Adquira com o fornecedor deste jornal:

O IMPOSTOR MORENO

Guillermo Lora

TESES DE PULACAYO

Federação dos Mineiros da Bolívia

AMÉRICA LATINA 500 ANOS DE OPRESSÃO

Guillermo Lora

CURSO DE MARXISMO PARA OPERÁRIOS

desenvolvido pelo POR boliviano

ETCD

O que se passa com a empresa de transportes coletivos de Diadema

Desde a gestão anterior que a administração petista vem afirmando que a ETCD está falida e o motivo é o inchaço da empresa. O que de fato está ocorrendo?

Os fatos são esses: 1) A antiga administração de Zé Augusto se negava repassar verbas da ETCD (vale-transporte, passe-escolar, passagem de idosos, etc) nem mesmo aquelas que eram aprovadas pela Câmara de Vereadores, para a compra de ônibus. 2) havia uma clara política de sucateamento da empresa com vista a sua privatização; 3) Essa política foi complementada pela distribuição de cargos com salários altíssimos e a corrupção; 4) Os desvios de peças e pneus por parte de alguns diretores eram fatos notórios. Haja vista, a experiência com o Sr. Trajano, comprovadamente corrupta.

Na atual administração petista do prefeito Filippi esta política privatista tem sido aprofundada, passando o controle dos setores não diretamente ligados ao transporte para o DSU. Num primeiro momento, estes setores seriam contratados pelo DSU para prestação de serviços e, num segundo, poderiam ser repassados para empreiteiras. É desta forma que o Sr. prefeito começaria o processo de privatização da ETCD pelo método Fleury, também conhecido como sopa quente, pois começa comendo pelas beiradas.

Também a prefeitura utiliza a repressão aos trabalhadores da empresa, pressionando para que peçam as contas. É a malfadada "demissão voluntária".

Durante todo esse processo a maioria dos membros do Conselho deliberativo da ETCD acabaram se submetendo à política de elevação das tarifas e à contratação de diretores com salários abusivos. Eram pressionados pelas ameaças de que se a empresa falir o Conselho responderia judicialmente.

Aos companheiros íntegros do Conselho cabe denunciar à população e aos próprios trabalhadores da ETCD esta política de sucateamento implementada pela prefeitura. Aos trabalhadores da ETCD cabe a tarefa de preparar a resistência contra às demissões e à privatização. Para isso, é fundamental criar os seus próprios instrumentos independentes, ou seja, as comissões de garagem.

Para solucionar os graves problemas da empresa não há outra via senão passá-la para o controle direto dos trabalhadores. Somente os trabalhadores têm o interesse em manter e sanear a empresa, combater a corrupção e punir de fato os culpados. Construamos a Fração Revolucionária no interior da empresa para organizar a luta!

Condutores do ABC

Surge na categoria um agrupamento classista

Organizou-se no seio desta categoria uma fração classista, com um posicionamento claro sobre como se organizar um sindicato. Apesar de possuir uma boa plataforma de luta esta só poderá se desenvolver e não cair nas malhas da burocratização se conseguir desenvol-

ver esse programa classista na categoria, privilegiando a luta direta, o poder das assembléias, a necessidade de organização da base e a luta incessante no interior da CUT contra o burocratismo. Reproduzimos abaixo o panfleto que foi distribuído na categoria:

Votemos nulo nestas eleições

Construir uma verdadeira oposição de classe

Companheiros, estamos nos aproximando das eleições para nosso sindicato, que serão realizadas nos dias 2,3,4 e 5 de março. Nestas eleições concorrerão 3 chapas, mas nenhuma delas se coloca por levar a categoria a se organizar com um programa de classe baseado nas assembléias e nas organizações independentes da classe (as comissões de garagem).

Vejamos, as chapas 1 e 2 se formaram por uma divisão que existiu na atual diretoria por cargos. Ambas as chapas, se eleitas, levarão a categoria a manter a situação atual, isto é, não realizar campanhas salariais de luta, fazer conchavos com os patrões, destruir as organizações de base que levem uma política diferenciada da direção, impedir que a base se expresse livremente nas assembléias, não organizar a luta da categoria e todas as demais coisas que estamos cansados de ver.

Quanto a chapa 3, vemos que no fundo ela não se diferencia das outras chapas, pois esta chapa que se considera "Oposição de Fato" é formada por inúmeros grupos (Linha de Frente, Frente de Luta, Rádio Peão, Rodão, Turma do Sem Chapéu, etc), que são desconhecidos da categoria e que se juntaram somente na última hora para disputar uns carginhos.

Nós dizemos que uma Oposição deve ser construída no dia a dia, na luta da categoria, formando e organizando os grupos nas garagens, Cipas combativas, organizando as comissões de garagens, organizando os militantes das diversas garagens nos comandos de luta, enfim chamando a classe a se organizar. E é justamente isto que esta chamada oposição não faz realmente.

Por isso, nesse momento, a única saída viável é fazermos uma campanha pelo voto nulo. Fazermos essa campanha pelo voto nulo deixando claro aos companheiros que precisamos varrer esta pelejada de nosso sindicato e que para isto precisamos lutar. Para construir uma Oposição Classista e Programática, vinda da formação de uma fração classista da categoria, que se organize através das comissões de garagem e que esteja presente diariamente na luta. Precisamos de uma Oposição que libere o sindicato para os condutores organizarem a luta por suas reivindicações e combater os conchavos com o patronato e as mordomias. Enfim uma Oposição que defenda a estatização dos transportes sob o controle dos condutores e usuários dos mesmos.

Corrente Revolucionária dos Condutores do ABC